

# Patrimónios de Influência Portuguesa

## Um curso que é um projeto de investigação, que é uma cátedra

■ No princípio era um curso de doutoramento, que foi evoluindo para se tornar também um projeto de investigação. Agora é tudo isso, mas a partir de 22 junho próximo, o projeto é também uma Cátedra UNESCO, quando esta for instituída formalmente numa cerimónia na Universidade de Coimbra (UC), no âmbito das comemorações do 5º aniversário da inscrição desta universidade na lista do Património Mundial da UNESCO.

Foi em abril passado que foi anunciado ter a UNESCO aprovado a criação na UC da 'Cátedra Diálogo Intercultural em Patrimónios de Influência Portuguesa', que terá como unidade orgânica de acolhimento o Instituto de Investigação Interdisciplinar, como unidade de execução científica o Centro de Estudos Sociais (CES) e como principal responsável o arquiteto e professor universitário Walter Rossa, juntamente com o historiador Miguel Bandeira Jerónimo.

A instituição da Cátedra a partir do curso de 'Doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa' (DPIP) não vem trazer mais recursos concretos, mas, como refere o coordenador do

### Sete teses defendidas

Nas suas quatro edições, o curso de Doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa, da Universidade de Coimbra, já apresentou sete teses defendidas desde 2010, segundo o seu responsável, o professor e arquiteto Walter Rossa. Presentemente, o curso tem 26 estudantes de doutoramento, todos com projeto de tese, oriundos de vários países (nomeadamente Brasil, Itália, Moçambique, Portugal, Timor), em muitos casos em regime de cotutela com outras universidades. O curso tem uma parte curricular de dois anos, o primeiro dos quais, pela sua natureza, passado em Coimbra. A taxa de desistências ronda os 15 a 20%, segundo o professor de Coimbra.

projeto, “coloca um recurso que é uma espécie de reconhecimento da qualidade e de interesse do projeto”. E esse ‘recurso’ – que se junta ao financiamento do próprio programa de doutoramento e a apoios da reitoria da UC e do Camões, I.P. – tem um valor na hora de procurar outros meios de financiamento. “Sabemos, pela experiência de outros (...) que quando aparecermos com uma candidatura a financiamento com um

rótulo de Cátedra UNESCO, as coisas ficam um bocadinho mais fáceis...”.

Há um ano atrás, sensivelmente, o projeto DPIP concorreu ao programa de cátedras UNESCO/UNITWIN, criado em 1992, com o “objetivo de promover a cooperação e interligação entre universidades, a nível internacional” e “reforçar as capacidades institucionais através da partilha de conhecimento e do trabalho colaborativo”.

A criação do curso de doutoramento e a própria candidatura à Cátedra da UNESCO decorreram, em boa medida, da “consciência da importância que o património que é o nome da Universidade de Coimbra” nos países de língua portuguesa, segundo se depreende das palavras do titular da nova Cátedra. “Assistimos, hoje em dia, a uma grande competição entre as universidades. Lisboa e Porto têm condições demográficas e financeiras que Coimbra não tem e a forma que a UC tem (...) de se não deixar regionalizar (...) é precisamente recuperar e desenvolver esse nome, mas dar-lhe consistência contemporânea”. “A Universidade percebeu isto ao mais alto nível e tem vindo a dar um grande apoio a esse tipo de iniciativas”, acrescenta Walter Rossa, lembrando que já existe na UC uma outra Cátedra UNESCO, em Biodiversidade e Conservação para o Desenvolvimento Sustentável.

### COMO AS COISAS SE PASSARAM

Para trás da classificação como Cátedra UNESCO ficaram quase nove anos de um projeto que teve na sua origem dois académicos ligados ao CES – Walter Rossa (professor catedrático do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC) e Margarida Calafate Ribeiro (doutorada em Estudos Portugueses pelo King's College e codiretora da Cátedra *Eduardo Lourenço* da Universidade de Bolonha) – que num “grupo inicial” envolvendo dois outros professores

universitários, Paulo Varela Gomes (já falecido), do lado da arquitetura, e António Sousa Ribeiro, do lado dos estudos culturais, pensaram o que poderia ser uma formação na área dos patrimónios.

Walter Rossa recorda ter tido essa reflexão lugar “num período muito aceso e muito ativo”, porque, pela mesma altura, ele colaborava com o historiador José Mattoso no projeto da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) sobre as obras do património de origem portuguesa no mundo – que deu origem a livros lançados em 2010 e 2011 e a um sítio na internet que o professor de Coimbra organizou –, ao mesmo tempo que decorria o polémico processo das ‘sete maravilhas de Portugal no mundo’, de intuítos comerciais. “De um lado, um trabalho sério e, do outro, uma grande confusão que originou, aliás, uma enorme discussão aqui em Coimbra”, evoca Walter Rossa, lembrando os debates entre académicos mais conservadores e académicos mais radicais.

No entanto, segundo Walter Rossa, o contexto do debate foi “muito bom” e “muito rico”, “porque permitiu-nos perceber as várias facetas do problema”. Uma delas foi o termo a usar para adjectivar o património – ‘de origem’ ou ‘de influência’. Numa discussão “muito acesa”, o investigador do CES opôs-se ao termo ‘origem’, “sempre muito mal rececionado por determinados países”, levando à opção pela utilização de ‘influência’. Mesmo assim, diz, “houve quem achasse que nós devíamos



pôr ‘influência colonial’”. Contrapõe: “Obviamente que o património tem as marcas que tem, seja em que sítio for. Há sempre quem se sacrificou mais ou menos por ele existir. Mas [deve-se] utilizar o património como uma ferramenta de reconciliação e desenvolvimento e não como uma ferramenta de historicização. A história é determinante para o património, mas o património não tem que ser uma ferramenta da história”.

E nessa linha, o debate estabeleceu também, desde a origem, que o projeto DPIP assumia “uma perspetiva de cooperação para o desenvolvimento”. Perspetiva essa que se reforça na afirmação, feita “no jargão da casa”, de que os trabalhos e projetos “são sempre sobre tudo, dentro da área de influência portuguesa, exceto sobre Portugal”, a não ser indiretamente, sublinha.

Na definição do curso de doutoramento, que arrancou em 2010, ficou também “uma ideia muito clara que era: vamos trabalhar no plural. Por isso é que é patrimónios”. Acrescenta Walter Rossa que “descola daquele conceito clássico de património, das coisinhas que nós queremos guardar”. E “influência, também nesta lógica de tornar claro que há outras coisas, há outras realidades”. “Num mesmo património há várias influências. O nosso foco é a parte portuguesa e como elemento de ligação entre as várias comunidades, não excluindo de forma alguma, aliás, bem pelo contrário, as outras realidades”.

#### DOIS RAMOS VIVOS

Patrimónios ainda porque – novidade – “o curso tem dois ramos”, um de estudos culturais e outro de arquitetura e urba-

nismo. Consequência de Walter Rossa estar ligado à arquitetura e ao urbanismo e Margarida Calafate Ribeiro aos estudos culturais? “Não é só por isso”, responde o titular da nova Cátedra. “Temos assim representados aqueles que (...) são os dois patrimónios vivos” – a língua e a paisagem. A língua, porque “é um património em mudança permanente e que integra”. “A nossa ideia é que a língua é uma coisa que está permanentemente a ser enriquecida pelo ‘mau falar’ dos vários povos... Portanto, o interesse enorme que tem depois ao nível das expressões literárias, a introdução de terminologias que vêm de outras línguas e o enriquecimento que isso tem produzido nas literaturas africanas e não só, nas brasileiras”. A paisagem – arquitetura, urbanismo –, “como ela hoje é entendida, quer dizer, não como elemento figurativo estático, mas como algo que representa a atividade humana e, portanto, a transformação permanente”.

Sem pôr de lado outras expressões do património, como a pintura, a escultura – mais clássicas –, a arquitetura monumental “e por aí fora”, quer a língua quer a paisagem, no entender de Walter Rossa, “criam imensos problemas às teorias mais ortodoxas ou mais estabilizadas do património”. “Interessa-nos muito aquilo que faz parte do quotidiano das pessoas. Mesmo do ponto de vista da expressão artística dos objetos, interessa-nos muito a visão antropológica da história da arte.

Um terceiro elemento constitutivo do curso foi a assunção da ideia de que

“não conseguimos fazer isto só em Coimbra”. Ainda antes das parcerias estabelecidas com outras universidades, o curso, “logo na primeira edição, tem professores de vários sítios” e não exclusivamente da UC, diz o investigador do CES.

Mas a abertura de um concurso da FCG para projetos inovadores no domínio educativo, a que o projeto DPIP concorreu e ganhou, permitiu angariar os meios para, em 2013, internacionalizar o curso, através de protocolos com várias universidades estrangeiras. Os doutoramentos puderam assim passar a ser feitos em regime de cotutela. “Vão saindo doutores, por exemplo, pela [Universidade] Eduardo Mondlane e pela UC, pela Universidade Federal Fluminense e pela UC, pela Universidade de Bolonha e pela UC, e é esse grupo, é esse conjunto de universidades (...) que está na base da Cátedra”.

Na apresentação do projeto DPIP nas páginas dos CES, está escrito que, desde a sua 3ª edição, iniciada em fevereiro de 2015, “o DPIP adquiriu um formato internacional, associando-se em regime de cotutela na Europa (Universidade do Algarve; Universidade de Bolonha; Universidade Paris Nanterre); na América do Sul (Universidade Federal Fluminense, Brasil) e em África (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)”. Estão também ativas parcerias com a UNESCO, a FCG, o Camões, I.P., a Universidade Lúrio e a Associação IVERCA, em Moçambique, a Associação Tchiveka de Documentação

e a Companhia de Dança de Angola; e a M\_EIA (Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura) de Cabo Verde.

#### INVESTIGAÇÃO

Em sequência, foi-se desenvolvendo a ideia de que o curso de doutoramento deveria ser um projeto de investigação integrada. “Um projeto em que obviamente há alunos que fazem o seu percurso exclusivamente (...) académico”, mas em que há “outros alunos que funcionam numa lógica um pouco mais próxima e que se vão integrando em projetos de investigação que nós vamos tendo”, adianta Walter Rossa, que dá como exemplos o “projeto sobre as cidades de Luanda e Maputo, de onde nasceram duas teses de doutoramento”, o projeto *Memoirs: Filhos do Império e Pós Memórias Europeias*, financiado pelo *European Research Council*, da responsabilidade de Margarida Calafate Ribeiro, que também alberga dois doutorandos, e o relatório sobre o papel da cultura nas políticas urbanas nos países de língua portuguesa, feito a pedido da UNESCO pelo académico de Coimbra, que teve uma bolseira brasileira que entretanto está a desenvolver a sua tese nesse âmbito. A ideia é, assim, a partir de candidaturas individuais ou de projetos nascidos no próprio CES, criar um polo de investigação na Cátedra, envolvendo os alunos em graduação ou já pós-graduados. E assim, “agora deixamos de falar no projeto e passamos a falar na Cátedra. É uma Cátedra que tem um curso de doutoramento”, remata Walter Rossa.